

REDAÇÃO MODELO – A MOBILIDADE URBANA COMO ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO



A urbanização brasileira, potencializada a partir da década de 1930 com a rápida industrialização varguista, teve como características principais a espontaneidade e concentração dos equipamentos urbanos. Ainda hoje, é notória sua influência nas péssimas condições de mobilidade urbana nas cidades brasileiras, o que afeta não somente as relações sociais, mas também as de natureza econômica. Diante disso, é necessário verificar as causas da negligência estatal no enfrentamento dos problemas viários e os impactos atuais e futuros no desenvolvimento do país.

Inicialmente, temos que a centralização das políticas de mobilidade no automóvel confirmam o fracasso estatal na condução da problemática. Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil na década de 1950, é considerado pela história o pai do rodoviarismo no Brasil. Por meio de incentivos fiscais e construção de estradas, as montadoras de veículos se instalaram no território nacional e inauguraram um novo modelo de cidade, onde os carros passaram ser os verdadeiros protagonistas urbanos. Passados 70 anos, os veículos automotivos continuam sendo prioridade nas ações governamentais e ocupam quase que todas as iniciativas de modificação do espaço urbano sem apresentar grandes resultados socioeconômicos. Pensar a cidade sem pensar nos indivíduos que usufruem desse espaço é uma tradição política do Brasil.

Além disso, a inoperância estatal na busca de alternativas à fluidez das relações urbanas rende prejuízos irreparáveis ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, o Brasil perde anualmente mais de R\$300 bilhões devido aos congestionamentos - são produtos que não são entregues no prazo, atrasos e faltas ao trabalho, indústrias paradas por falta de matéria-prima -. Tal cenário, resultado da ausência de planos de integração intermodal, estrangulam a economia nacional e o bem-estar dos profissionais que, diariamente, perdem horas, às vezes em pé, nos coletivos urbanos das grandes metrópoles. Somente uma revolução nas práticas estatais pode mudar esse panorama assustador para o futuro tupiniquim.

Portanto, medidas são necessárias para resolver os entraves da mobilidade urbana no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Cabe ao Poder Executivo recriar o Ministério das Cidades e a Secretária Especial de Mobilidade Urbana, por meio de decretos presidenciais e articulações com o congresso nacional, a fim de garantir as condições necessárias à instauração de uma efetiva Política Nacional de Mobilidade Urbana. Nela, a sociedade desempenhará papel vital para o seu êxito e a integração intermodal será pilar fundamental na solução aos gargalos dos transportes urbanos. Somente assim, será possível recomeçar, planejar e almejar uma urbanização que, de fato, seja desenvolvimentista.